



Qualis B4 ISSN: 2675-0236

ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [DOAJ](#)

Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social



Maquiavel: A Ciência Política do Realismo Político

Machiavelli: The Political Science of Political Realism

ARK: 44123/multi.v6i12.1365

Recebido: 09/01/2025 | Aceito: 25/02/2025 | Publicado on-line: 03/03/2025

Gustavo Javier Castro¹

<https://orcid.org/0000-0002-7639-0514>

<http://lattes.cnpq.br/1091127369557989>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil
E-mail: gustavo@institutoprocessus.com.br

Alejandro Gabriel Olivieri²

<https://orcid.org/0000-0002-7398-7905>

<http://lattes.cnpq.br/1921746316087755>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil
E-mail: aleoli61@gmail.com

Lourivânia de Lacerda Castro³

<https://orcid.org/0000-0002-1331-563X>

<http://lattes.cnpq.br/2753561242350807>

Centro Universitário UniProcessus, DF, Brasil
E-mail: lourivania.lacerda@institutoprocessus.com.br



Resumo:

A teoria política de Maquiavel. Autonomia da teoria política na Itália do século XVI. Aspectos gerais da concepção política em Maquiavel: as formas de governo, a natureza da arte política e os conceitos da nova “ciência da política”. A economia da violência. Os pontos de acordo e conflito entre a Ética Política e a Ética Privada.

Palavras-chave: Maquiavel. Ciência Política. Realismo Político

Abstract:

Machiavelli's political theory. Autonomy of political theory in 16th century Italy. General aspects of Machiavelli's political conception: forms of government, the nature of political art and the concepts of the new “science of politics”. The economy of violence. Points of agreement and conflict between Political Ethics and Private Ethics.

Keywords: Machiavelli. Political Science. Political Realism

¹ Possui graduação em Filosofia - Pontifícia Universidad Católica de Valparaiso (1987), mestrado em Ciência Política pela Pontifícia Universidad Católica de Chile (1991), mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (1993) e doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília (2008).

² Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília? UnB (2009), Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina? UFSC (1995), Bacharel em Filosofia pela Universidade de Buenos Aires? UBA (1985).

³ Mestre em Direito- LL.M.EUR European Legal Practice/ Joint Degree pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa (2009), especialista em Direito Público pelas Faculdades Integradas do Planalto Central (2011) e Direito Previdenciário pelo Instituto Nacional de Ensino Superior e Pesquisa (2016). Advogada e professora das disciplinas Direito Administrativo e Introdução ao Estudo do Direito.

1. Introdução

Nicolau Maquiavel é um dos pensadores políticos mais influentes da história, sendo amplamente reconhecido como o fundador da *ciência política* moderna. Sua obra mais célebre, *O Príncipe*, publicada postumamente em 1532, rompeu com a tradição idealista ao propor uma visão *pragmática* do poder e da política. Diferentemente dos filósofos que o precederam, Maquiavel rejeitou a ideia de que os governantes deveriam pautar suas ações *exclusivamente* pela moralidade privada, defendendo que a *eficácia política*, *algumas vezes* exige decisões que podem ir contra a moral vigente e, no limite, podem ser consideradas imorais.

Diferentemente dos pensadores políticos do período clássico, Maquiavel não foi primeiramente um teórico que refletia sobre o fenômeno político, mas sim um político “profissional” que, por diversas circunstâncias que abordaremos no presente artigo, viu-se afastado da política em seu exílio na Toscana e nesse período teorizou sobre a *práxis política*. Por isto, é fundamental repassar informações sobre a biografia de Maquiavel.

O contexto em que Maquiavel desenvolveu suas ideias sobre o *metié* político foi marcado por instabilidade e conflitos intestinos na Itália renascentista. Florença, sua cidade natal, vivia um cenário de disputas entre potências estrangeiras e lutas internas entre diferentes facções políticas. Essa realidade influenciou suas análises sobre como os governantes deveriam agir para manter a estabilidade e garantir a sobrevivência do Estado. Para ele, o sucesso de uma liderança política não dependia apenas de princípios éticos que guiassem sua ação, mas da sua capacidade de *adaptação* às circunstâncias e do uso estratégico da força e da astúcia.

A célebre noção de que “os fins justificam os meios” é frequentemente associada a Maquiavel, embora essa frase não apareça textualmente em suas obras. O que ele realmente argumenta é que a política possui uma *lógica própria*, distinta (embora não excludente) da moral convencional vigente. Exatamente por esta posição original, considerando a tradição da filosofia política clássica e medieval, ele é considerado o fundador da Ciência Política.

Em *O Príncipe*, ele aconselha os governantes a serem *temidos* em vez de amados ou odiados, se necessário, e a manipularem as aparências para preservar sua autoridade. Essa visão pragmática gerou debates acalorados ao longo dos séculos, levando alguns a enxergá-lo como um cínico defensor do autoritarismo e outros como um realista que apenas descreveu a política como ela é.

Além de *O Príncipe*, (Maquiavel, 2010), Maquiavel escreveu *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, (Maquiavel, 2024) uma obra mais teórica, onde apresenta uma visão *republicana* (mais condescendente com sua própria visão da institucionalidade política) e valoriza a *participação popular* na política. Nessa obra, ele analisa a ascensão e queda das repúblicas e propõe que um governo forte deve equilibrar os interesses do povo e da elite. Isso mostra que seu pensamento político não se limitava à tirania ou ao governo de um príncipe, mas incluía também reflexões sobre como manter a liberdade em uma república.

O pensamento político de Maquiavel permanece atual e relevante, sendo estudado por cientistas políticos, filósofos, historiadores e líderes políticos, até os dias de hoje. Sua abordagem *realista* continua a influenciar estratégias de poder e governança, demonstrando que a política, independentemente da época, envolve a *habilidade* de *compreender e manipular* a natureza humana. Ao longo deste artigo, exploraremos com mais profundidade suas principais ideias, seus impactos e algumas interpretações que sua obra recebeu.

2. Antecedentes biográficos e obras: contexto histórico do pensamento de Maquiavel

Nicolau Maquiavel, em italiano Niccolò Machiavelli (Florença, 3 de maio de 1469 -Florença, 21 de junho de 1527), foi um historiador, escritor, diplomata e músico italiano do Renascimento. É reconhecido como o fundador do pensamento e da ciência política moderna, por abordar o Estado e o governo como *realmente são*, e não como *deveriam ser*. Estudos recentes sobre o autor e sua obra apontam que seu pensamento foi historicamente mal interpretado. Desde as primeiras críticas, feitas postumamente por um cardeal inglês, opiniões contraditórias se acumularam, de forma que o adjetivo “maquiavélico”, criado a partir de seu nome, passou a significar esperteza, astúcia e, até imoralidade.

Maquiavel viveu sua juventude sob o esplendor político de Florença, durante o governo de Lourenço de Médici. Aos 29 anos, ingressou na política como Secretário da Segunda Chancelaria. Nesse cargo, observou criticamente o comportamento de grandes figuras de sua época e, a partir dessas experiências, formulou postulados para sua obra. Após 14 anos servindo na Chancelaria de Florença, foi afastado, escrevendo então suas principais obras. Ele ainda desempenhou algumas missões de menor importância, mas nunca recuperou seu antigo posto nem a sua fama, como de fato desejava.

Como renascentista, Maquiavel utilizava autores e conceitos da Antiguidade Clássica de maneira inovadora. Entre suas influências, destacam-se Tito Lívio e outros autores lidos por meio de traduções latinas. Entre os conceitos que ele apropriou, da tradição republicana romana destacam-se *virtù* e *fortuna*. (Tito Livio, 2023)

Durante o Renascimento, as cinco principais potências da península Itálica eram o Ducado de Milão, a República de Veneza, a República de Florença, o Reino de Nápoles e os Estados Pontifícios. A maior parte dos Estados da península era ilegítima, controlada por mercenários chamados *condottiere*.

Esses Estados, incapazes de estabelecer alianças duradouras, estavam entregues a intrigas diplomáticas e disputas infundáveis. Pelas suas riquezas, tornavam-se atrativos para outras potências europeias do período, especialmente para as monarquias absolutas de Espanha e França. Como a política italiana era complexa e os interesses frequentemente se dividiam, em suas batalhas internas os Estados ficavam à mercê das ambições de Estados estrangeiros. Nesse contexto, a influência de figuras como Lourenço de Médici havia impedido invasões em Florença. No entanto, após sua morte, em 1492, e devido à inaptidão política de seu filho, Carlos VIII invadiu a Itália, expulsando os Médici da cidade.

Florença tornou-se palco de um conflito entre duas tendências: a exaltação pagã do indivíduo e da glória histórica, representada por Lourenço e Juliano de Médici, e a contemplação cristã voltada para o além, uma resposta ao ressurgimento da primeira tendência, presente em todos os aspectos da vida, da arte à Igreja. Essa segunda tendência foi representada por figuras como Girolamo Savonarola.

Savonarola, pregador milerarista contrário aos Médici, conquistou grande apoio popular e assumiu um governo de viés teocrático-democrático. Ao criticar padres de Roma como corruptos, bem como o Papa Alexandre VI, Savonarola foi excomungado, mas declarou inválida sua excomunhão. Eventualmente, foi preso e executado em 1498. Cinco dias após sua morte, Maquiavel, então com 29 anos, foi nomeado Secretário da Segunda Chancelaria.

Pouco se sabe sobre a vida de Maquiavel antes de sua entrada na política. Ele era o terceiro de quatro filhos de Bernardo e Bartolomea de' Nelli, pertencentes a uma família toscana antiga, mas empobrecida. Iniciou os estudos de latim aos sete anos

e, mais tarde, estudou o ábaco e os fundamentos do grego antigo. Comparada à de outros humanistas, sua educação foi limitada, devido aos poucos recursos familiares. Não se sabe ao certo o que motivou sua nomeação para a Chancelaria em 1498. Alguns acreditam que ele tenha trabalhado como auxiliar entre 1494 e 1495, hipótese contestada atualmente. Outros atribuem sua entrada à escolha de seu antigo professor, Marcelo Virgílio Adriani, que à época era Secretário da Primeira Chancelaria.

A principal instituição de Florença nesse período era a Senhoria, auxiliada por diversos órgãos, como as duas Chancelarias. A Primeira Chancelaria era responsável pela política externa e correspondências internacionais, enquanto a Segunda cuidava de guerras e política interna. Entre as funções de Maquiavel estavam tarefas burocráticas, assessoria política, diplomacia e o comando no Conselho dos Dez, outro órgão auxiliar da Senhoria.

Em 7 de novembro de 1512, Maquiavel foi demitido, acusado de colaborar com um governo anti-Médici. Foi multado em mil florins de ouro e proibido de deixar a Toscana por um ano. No ano seguinte, foi preso e torturado, após ser citado em uma lista de possíveis conspiradores contra o governo. Libertado após 22 dias, com a anistia decretada pelo novo Papa Leão X, retirou-se da vida pública e foi morar na sua casa de campo em Sant'Andrea in Percussina.

Durante esse exílio interno, escreveu suas principais obras: *O Príncipe* e os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* (1512-1517). Nesse período, aproximou-se de literatos no Jardim Rucellai e manteve contato com Francesco Guicciardini. Entre outros escritos, destacam-se a comédia *A Mandrágora* (1518) e o poema *Asino d'oro* (1517). Em 1520, contratado por Júlio de Médici, Maquiavel iniciou a *História de Florença*, à qual dedicaria os sete últimos anos de sua vida. Após a queda dos Médici em 1527, viu-se novamente afastado da política. Poucos dias depois, adoeceu e morreu, sendo enterrado na Igreja de Santa Croce, em Florença.

3. Autonomia da teoria política na Itália do século XVI

No século XVI d.C., fundamentalmente após a Reforma religiosa protestante, a crescente *fusão* de categorias políticas e religiosas de pensamento acompanhou o debate intelectual no que diz respeito à difusão do controle político sobre as igrejas nacionais. Quando se somaram estas tendências ao crescente vigor das monarquias nacionais e a emergência de uma consciência nacional, o efeito combinado foi abrir uma possibilidade que não havia sido considerada seriamente no Ocidente durante quase mil anos: *uma ordem política que não admitisse nada superior a ela mesma* e que, sem deixar de aceitar a validade universal das normas cristãs, fosse implacável em sustentar que sua *interpretação* devia ser uma *questão nacional*.

Entretanto, a aceitação para explorar a possibilidade de uma teoria política autônoma era muito mais controversa. Enquanto a teoria política tivesse um elemento inequivocamente moral e, ademais, os homens identificassem os imperativos morais últimos com os ensinamentos cristãos, o pensamento político resistiria a ficar despojado de imagens e valores religiosos.

Na Europa ocidental do século XVI, o impacto da persuasão tanto da linguagem como da ação políticas era definido por um público ainda comprometido com a religião. (Santo Agostino, 2017 e 2023) Isso significava que o teórico político não podia descartar a religião, mas adotar diferentes atitudes perante ela. Embora os novos Estados europeus fossem politicamente autônomos no sentido prático de que eram independentes do controle das instituições religiosas, não podiam se permitir ser indiferentes no que diz respeito à religião. (Santo Tomas de Aquino, 2017) O

nacionalismo e o patriotismo não tinham atingido ainda uma posição hegemônica que lhes permitissem extrair dos seus próprios recursos uma linguagem eficaz e um código de conduta cívica independente da religião.

Entretanto, a situação da Itália no mesmo século era muito diferente -ex. falta de unificação nacional, instabilidade da vida política das cidades-Estados da península itálica, possibilidade de que aventureiros políticos chegassem ao poder etc.-, o que fez florescer um pensamento político mais autônomo, no qual os intelectuais exploraram novos âmbitos de indagação, que não estavam imbuídos por intermináveis polêmicas religiosas. Com efeito, na península itálica o poder da igreja só tinha importância por sua função na atividade política interna, mas não pelo seu poder espiritual. Essa conjunção de fatores permitiu que os *fenômenos políticos* surgissem de modo mais marcados e nítidos.

No pensamento político de Maquiavel essas possibilidades latentes foram abordadas e convertidas na base de sustentação do primeiro grande experimento de teoria política “pura”. O manifesto por ele elaborado para a nova ciência da política, *O Príncipe*, refletiu a crença que para poder analisar de forma coerente os fenômenos políticos, era necessário liberá-los antes das ilusões que os envolviam, especialmente das ideias políticas do passado.

O reconhecimento de Maquiavel como o primeiro pensador político autenticamente moderno não se deve apenas a uma ruptura com os modos medievais de pensamento, mas também pela recusa de normas tradicionais como a lei natural e na exploração de um método pragmático de análise concentrado exclusivamente em questões de poder, e na tentativa de excluir da teoria política tudo o que não parecia ser estritamente político. A nova ciência da política tinha como característica fundamental a de ser independente de qualquer parte ou setor específico da sociedade. Se a preocupação respeito aos métodos analíticos para analisar a prática política parece haver se originado, em alguma medida, com Maquiavel, é importante descobrir que tipo de convicção ou paixão se ocultava trás esse compromisso. O que temos aqui é uma apaixonada entrega à *profissão de teórico político*.

O reconhecimento dos dilemas morais da atividade política influiu de modo direto na *teoria da violência* elaborada por Maquiavel, assim como sua concepção da ética política. Em outras palavras, a nova ciência da política se baseava na premissa de que a quantidade de mal no mundo permanecia mais ou menos constante, e de que a natureza peculiar da ação política residia em que não se poderia dissociar das más consequências (consequências não intencionais). O perfil do novo conhecimento político tinha sua ambivalência de luzes e sombras: uma grande exuberância ante as possibilidades da ação política criativa, mas ensombrecida pela sensata compreensão de que o mal estava ínsito na natureza mesma da criatividade política. (Skinner, 2024)

4. Aspectos gerais da concepção política em Maquiavel

Nicolau Maquiavel ou Nicolás Machiavelli, foi uma das figuras mais interessantes da teoria política ocidental. Ele foi um homem que revolucionou a forma como se pensava, até então, o campo da política. A sua atividade como político profissional na política prática do seu cargo foi o suporte da sua reflexão política. É importante salientar, que Maquiavel foi injustamente interpretado. Seu nome virou sinônimo de manipulação e crueldade, mas sua obra busca explicar a política de forma prática e realista, sem idealizações.

Por isso, Maquiavel é frequentemente considerado o pai daquilo que hoje chamamos, posteriormente ao seu nascimento, por volta da metade do século XX, de Ciência Política. Ele é visto como o fundador dessa ciência social, que, embora seja

uma das mais recentes, ainda suscita muitos debates. Questões como a metodologia a ser usada, a relação da Ciência Política com outras ciências (sociais e da vida) e até se as Relações Internacionais constituem uma ramificação ou uma ciência à parte continuam em debate. Assim, os teóricos da Ciência Política remontam frequentemente a Maquiavel para encontrar as origens daquilo que chamamos hoje de “Ciência Política”.

Maquiavel não foi um pensador sistemático. Ele utilizava o empirismo e um método indutivo para oferecer conselhos práticos, sendo antiutópico e realista. Seus conceitos romperam com a tradição da política grego-romana e a medieval teológica, e rejeitaram a ideia de Estados perfeitos, defendendo que a natureza humana é imutável.

A ética de Maquiavel contrapõe-se à ética cristã. Para ele, a finalidade das ações do governante era a manutenção do Estado e o bem comum, e não a salvação individual. Com essa perspectiva, ações governamentais não podem ser julgadas como boas ou más, apenas do ponto de uma moral privada, mas sob um ponto de vista histórico. Maquiavel via a natureza humana como essencialmente egoísta, afirmando que os homens fazem o bem apenas quando forçados. Por isso, os governantes devem ser realistas e evitar expectativas idealizadas sobre o comportamento humano, especialmente dos seus súbditos.

Antes de entrar no pensamento de Maquiavel, observemos seu ano de nascimento: ele nasceu em Florença, em 1469, e faleceu em 1527. Ou seja, foi um homem do final do século XV e início do século XVI, uma das figuras mais emblemáticas do Renascimento. Entre Políbio, autor do século II a.C. e Maquiavel, século XV d.C., transcorrem cerca de 17 séculos. Entre o século II a.C. e o século XV d.C., a história nos apresenta duas grandes etapas. A primeira, o Império Romano (do século II a.C. ao século V d.C.)⁴ e a segunda, a Idade Média (do século V d.C. ao século d.C.), dividida entre Alta e Baixa Idade Média, marcadas por profundas diferenças.

A Alta Idade Média (séculos V a.C. ao X a.C.) caracterizou-se por um “recuo civilizatório”, com a Europa devastada pela queda do Império Romano. A peste bubônica, transmitida pelos ratos, devastou a população europeia. Somaram-se a isso a fome e as guerras. Foi um período extremamente difícil. Em 200 anos, em vez de a população da Europa crescer, ela diminuiu em 20 milhões. O analfabetismo, as pestes e a destruição de bibliotecas dificultaram a preservação do conhecimento. Figuras como Santo Agostinho, apesar de relevantes, tinham uma visão desconfiada da razão, enfatizando a fé como caminho para Deus.

Já a Baixa Idade Média (séculos X a.C. ao XV a.C.) viu o início da reconstrução cultural e política europeia, culminando no Renascimento. Com a recuperação de textos gregos trazidos pelos árabes e preservados por monges nos mosteiros, a filosofia voltou ao cenário europeu, preparando o terreno para o Renascimento.

O Renascimento marcou a redescoberta da razão e a centralidade do ser humano, afastando o foco exclusivo da divindade. Essa transição permitiu não apenas entender, mas também transformar a realidade. Torna-se essencial destacar que, no período de Maquiavel, a Península Itálica era fragmentada em cidades-estados e pequenos reinos, como Florença, Veneza, Milão e Nápoles, e não existia uma Itália unificada. Esse contexto influenciou profundamente o pensamento maquiavélico. A população de Florença, no início do século XIV, pouco antes do nascimento de

⁴ Apesar de chamado de Império Romano, Roma só assumiu essa configuração em sua fase final. Durante aproximadamente 700 anos, Roma foi o centro político, econômico e administrativo do mundo conhecido, até sua queda no século V d.C.

Maquiavel, era uma cidade medieval, com 90 mil habitantes, uma cidade relativamente grande, enquanto toda a população da Europa era de 80 milhões ⁵

Maquiavel não era como Platão ou Aristóteles. Ele não era propriamente um filósofo que, em sua condição de pensador, refletia teoricamente sobre o fenômeno político. Platão e Aristóteles tratavam de teorias. Maquiavel era diferente. Ele foi um político que, após deixar a prática política, escreveu sobre o que observou ao longo de sua carreira, enquanto participava das decisões mais importantes da cidade-estado de Florença. Como afirmamos anteriormente, em 7 de novembro de 1512, Maquiavel foi demitido e acusado de ser um dos responsáveis por uma política anti-Médici, além de colaborar com o governo anterior. Para sua sorte, com a morte do Papa Júlio II, em 1513, e a eleição de um florentino, Leão X, os suspeitos de conspiração foram anistiados, incluindo Maquiavel.

De um dia para o outro, ele foi do topo da elite política florentina ao fundo de um calabouço. Durante seu ostracismo, que duraria até sua morte, ele escreveu suas obras mais conhecidas: *O Príncipe* e os *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. Após a queda dos Médici, em 1527, Maquiavel teve suas esperanças novamente frustradas. Por ter trabalhado para os Médici, foi tratado com desconfiança pela nova república e morreu poucos dias depois, em meio a dores intestinais. Foi enterrado no túmulo da família, na Igreja de Santa Croce, em Florença.

Seu final de vida foi extremamente triste. Ele sempre tentou retornar ao poder. Entre seus esforços, destaca-se uma carta dirigida a Lourenço de Médici, na qual ele buscava o perdão da família. Essa carta acompanhava o manuscrito de *O Príncipe*. A carta começa assim: "Costumam os que desejam conquistar as graças de um príncipe oferecer-lhe o que de mais raro possuem ou o que julgam ser mais do seu agrado. Assim, muitas vezes oferecem-lhe cavalos, armas, brocados, pedras preciosas e outros adornos dignos de sua grandeza." Maquiavel, de forma humilde, explica que seu presente é o "conhecimento das ações de grandes homens, adquirido tanto por sua experiência prática quanto pelo estudo das obras da antiguidade". Ele apresenta *O Príncipe* como um manual para o governo eficaz.

Destacaremos três pontos fundamentais que orientam o pensamento político de Maquiavel:

1. Realismo político: Maquiavel descreve a política como ela é, e não como *deveria ser*.
2. Estabilidade política: ele considera fundamental criar ordem e estabilidade, especialmente em tempos de caos.
3. Saudosismo da República e do Império Romano: ele constantemente evoca as glórias passadas de Roma como referência.

5. Critério de classificação das formas de governo

Analisaremos agora qual é o critério que Maquiavel usa para classificar as formas de governo. Por que somente duas formas de governo? Por que não três como a classificação tradicional vinda da teoria política clássica? Por que não monarquia, aristocracia e democracia? Por que as formas aristocráticas e as formas democráticas de governo se unificam nesse conceito que Maquiavel nos coloca como sendo república?

A classificação das formas de governo em Maquiavel apresenta *duas* formas: *principados* e *repúblicas*. Os principados são as monarquias ou os reinos, e as

⁵ Havia de 8 a 10 mil estudantes, 200 oficinas de corporação, 80 bancos e casas de câmbio, 80 juizes, 600 notários públicos, 60 médicos, 100 farmácias e 160 igrejas. Ou seja, era uma cidade-estado, uma pólis, de grande importância. Só para contextualizar, vejam que, no início do século XIV, a Europa tinha 80 milhões de habitantes. No final do século XV, esse número caiu para 60 milhões. Foram 20 milhões a menos.

repúblicas podem ser aristocráticas ou democráticas. No principado, um homem governa. Isso é o que caracteriza qualquer monarquia: *um homem governa*. Isso quer dizer que, quando o governante toma uma decisão política -o príncipe toma uma decisão política-, trata-se da vontade de uma pessoa física. Claro, porque é *um* homem que está tomando a decisão.

Na República é diferente. Sejam elas aristocráticas ou democráticas, na República aristocrática há a participação de *alguns* homens e, na República democrática, da *maioria* dos homens. Múltiplas vontades, inúmeras vontades. Não se trata da vontade de uma única pessoa, como na monarquia. Portanto, contrariamente ao principado, na república, tanto faz se for aristocrática ou democrática: quem governa é uma *pessoa jurídica*. Isso significa que será necessário estabelecer *regras de procedimento* para a *unificação* das vontades. Porque temos várias vontades, e essas vontades precisam se unificar, transformar-se em uma única vontade. Isso tanto na aristocracia quanto na democracia.

Nas repúblicas democráticas o lugar onde se tomam as decisões é na Assembleia, na Assembleia Popular. E aí, a regra de procedimento utilizada para unificar a decisão é o voto. Na Assembleia, vota-se para optar por tal ou qual decisão. Na aristocracia, é um pouco diferente. O órgão tradicional da aristocracia não é a Assembleia. É o colegiado, onde se reúnem os pares. Lembre-se de que, na aristocracia, quem governa são alguns, que são pares entre si e têm um nível igualitário entre eles. Então, reúnem-se no colegiado e chegam a um consenso. Consenso, como já afirmamos, não é a mesma coisa que voto. No voto, há várias propostas, e a proposta que obtém a maioria dos votos é a que ganha. Portanto, há uma proposta que ganha e outras que perdem. No consenso, trata-se de uma decisão que todos os membros do colegiado vão subscrever. No fundo, pela regra do consenso, ninguém ganha e ninguém perde.⁶ Se temos uma reunião de 20 pessoas em um colegiado e uma pessoa é contra, por exemplo, na escolha do presidente desse colegiado ou de uma decisão qualquer, então é necessário abrir novamente a discussão até se chegar a uma situação consensual, compartilhada por todos.

O importante aqui, portanto, é que o critério que Maquiavel usa para classificar as formas de governo somente em duas -principados e repúblicas- é totalmente diferente do critério usado por Platão, Aristóteles e Políbio. (Castro, Olivieri e Lacerna de Castro, 2023; 2024a e 2024c) Aqui, trata-se da natureza da vontade do governante. A natureza da vontade do governante -se é uma pessoa física ou jurídica -determina a forma de governo. E nas formas de governo que são repúblicas, seja aristocracia ou democracia, é preciso haver regras de procedimento para a unificação da vontade.

5.1. *Regnas e Civitates*

Avançando na nossa exposição sobre o pensamento político de Maquiavel, observamos que as formas de organização política existentes na Europa nos tempos de Maquiavel eram, por um lado, os *Regnas*, do latim, Reinos, e por outro as *Civitates*, do latim, cidades-Estados. Os três grandes reinos existentes na época de Maquiavel eram os reinos da Inglaterra, da França e da Espanha e tinham se formado gradualmente depois da dissolução do Império Romano, transformando-se, com o passar dos séculos, nos grandes estados territoriais que originaram o Estado moderno. Ainda assim, eram reinos, e claro, monarquias absolutas. Na época de

⁶ Por exemplo, vejamos o caso da escolha do papa no conclave. O conclave é o colegiado onde os cardeais da Igreja Católica Apostólica Romana se reúnem, após a morte ou renúncia de um papa, para escolher um novo papa. E a escolha é feita por consenso. Sabe-se que há uma fumaça preta enquanto se debate e discute e que isso pode durar alguns dias. E, quando sai a fumaça branca, é um aviso à população de que já foi escolhido o novo papa. E o novo papa é escolhido por consenso.

Maquiavel, alguns exemplos de cidades-Estado são as repúblicas de Gênova, de Veneza e a própria Florença.

Esses reinos, as monarquias de Inglaterra, França e Espanha, não são somente monarquias diferentes das monarquias atuais somente porque as monarquias contemporâneas não são mais absolutas, são monarquias constitucionais, mas também porque ainda não tinha surgido o Estado moderno. O que mantém unidos os reinos da Inglaterra, da França e da Espanha no século XV é basicamente a ligação estreita e complexa entre Estado e Igreja. Porque o que funda o poder do monarca, no absolutismo, é a tese teológica-política de que todo poder emana de Deus. Portanto, se encontramos um soberano, se encontramos um príncipe, se encontramos um rei, se encontramos um monarca, é porque isso foi designo de Deus, é a *vontade de Deus*. Então, os súbditos obedecem ao monarca porque isso é vontade de Deus.

Nas monarquias constitucionais, este fundamento teológico não existe mais porque a grande base da consolidação do Estado moderno é uma outra ideia, e é a ideia de *Nação*. Por isso que o Estado moderno se chama justamente Estado-nação. As pessoas que vivem em um determinado estado, com um território específico, se sentem partícipes de uma identidade comum, que é a *identidade nacional*, é isso que dá coerência à sociedade. Vejam que é uma ideia, uma abstração, não é um objeto como rios, montanhas, pedras da realidade, é uma ideia. Em suma, o Estado-nação foi uma ideia criada, montada, construída, pela teoria política.⁷

5.2.O conceito de “Estado Intermediário”

Machiavel discorda da teoria clássica das formas de governo, consolidada por Políbio no século II a.C., quando afirma que não existem seis formas de governo, mas somente duas. (Castro, Olivieri, e Lacerna de Castro, 2024c) Note-se que na teoria clássica são seis as formas de governo, porque além das três formas puras, boas, retas, existiriam suas formas corrompidas. Maquiavel não faz menção alguma sobre formas ruins de governo. Ele está atacando, por assim dizer, a leitura da política no sentido clássico que deveria levar, no fundo, a sua destruição. Em alguns casos, simplesmente nem menciona, nem dá atenção a alguns dos postulados mais importantes da teoria política clássica. (Castro, Olivieri, Lacerna de Castro, 2024b e 2024d)

Um dos pontos discordantes com a teoria clássica é o relativo ao governo misto. Maquiavel afirma que nenhum Estado pode ser estável se não for um genuíno Principado ou uma verdadeira República, pois todos os governos intermediários são defeituosos. Intermediários são aqueles que ficam entre a República e o Principado. A razão é clara: o Principado tem apenas um caminho para sua dissolução, que é transformar-se em uma República, e a República tem apenas um meio de dissolver-se, que é tornar-se um Principado. No entanto, os Estados intermediários têm dois caminhos: um na direção do Principado e outro na direção da República, o que gera sua *instabilidade*. Essa é uma ideia totalmente contrária ao conceito de governo misto. Políbio afirmava que a melhor forma de governo é aquela em que o poder é distribuído entre as facções em conflito na sociedade: as forças monárquicas, aristocráticas e democráticas. Ao conceder a cada uma delas uma cota de poder e participação, cria-se um sistema de controle mútuo, trazendo estabilidade. Caso contrário, ou o poder

⁷ Conceitualmente, a noção de Estado-nação é amadurecida e finalizada no final do século XVIII, início do século XIX. Estamos falando então de uma forma de Estado que tem um pouco mais de 200 anos. No transcurso da história humana, isso não é nada. É o que chamamos comumente de países. Temos o mal hábito de pensar que os países sempre existiram, mas de fato eles são muito recentes. Os reinos da Inglaterra, França e Espanha no século XV nada tem a ver com a Espanha contemporânea, com a Inglaterra contemporânea, com a França contemporânea, porque todos eles não eram Estados-nações.

está concentrado nas mãos de um grupo, ou a sociedade entra em caos, permeada pelo conflito generalizado. Trata-se de mais uma das teses fundamentais da teoria política clássica criticada e desconsiderada por Maquiavel.

Qual é a diferença de fundo entre governo misto e estado intermediário? O governo misto, que Maquiavel identifica no Estado romano, é uma República composta, complexa, formada por diversas partes que mantêm relações de concórdia contrastantes entre si. Já o Estado intermediário -que ele critica- não resulta de uma fusão harmoniosa dessas partes, mas sim de uma conciliação provisória entre duas forças em conflito que ainda não alcançaram uma constituição unitária capaz de superá-las. Assim, fica claro que o estado intermediário não é um governo misto. Maquiavel se apoia na tradição da República Romana, mas no fundo está dizendo que o *governo misto é impraticável*. De fato, ele não entra muito nesse debate, apenas afirma que os governos intermediários são os mais instáveis de todos, pois não optaram claramente por ser uma República ou um Principado. Ou seja, trata-se de uma sociedade política em que o poder não está claramente estabelecido em um dos atores políticos, mas dividido.

Lembremos que há duas formas principais de governo: Principados e Repúblicas, que podem ser aristocráticas ou democráticas. No início de *O Príncipe*, Maquiavel faz uma divisão entre os principados, separando-os em dois tipos principais, que por sua vez possuem subtipos. Existem monarquias hereditárias e monarquias novas.

Os principados hereditários também podem ser classificados em dois tipos: com intermediários e sem intermediários. Maquiavel cita o caso da França como exemplo de um principado com intermediários. Quem são esses intermediários? A nobreza. Na França, a nobreza detém poder, e o monarca governa junto com ela. Os nobres não são apenas proprietários de terras, mas também possuem riqueza e exércitos próprios, formando focos de poder. Em contraste, há casos em que o monarca governa de forma absoluta, sem nenhum poder intermediário. Maquiavel exemplifica esse caso com a monarquia turca, onde o soberano detém poder exclusivo.

Os principados novos -que são os que verdadeiramente interessam a Maquiavel e foco principal das suas análises no *O Príncipe*-, são aqueles que se constituíram recentemente, quer dizer, na própria época de Maquiavel. Para chegar a ser um principado, existem quatro caminhos: conquista pela virtude, pela fortuna, pela violência ou pelo consentimento. Agora, todo Estado hereditário, em algum momento, foi um Estado novo, pois sempre houve um monarca ou príncipe que iniciou a linhagem. A partir desse ponto, tornou-se um principado hereditário, se esse for o caso.

5.3. Maquiavel e a teoria dos ciclos: O fim justifica os meios?

Vejamos, então, o que Maquiavel diz especificamente sobre esse tema em *O Príncipe*. A diferença entre a teoria dos ciclos de Políbio e a visão de Maquiavel também é relevante. Para Políbio, a lei dos ciclos históricos (“anaciclose”) descreve uma rotação constante das formas de governo, onde cada regime decai e retorna a um ponto de partida. (Castro, Olivieri e Lacerna de Castro, 2024c). Maquiavel rejeita essa ideia porque para ele, raramente se retorna ao ponto inicial, pois nenhuma república é forte o suficiente para suportar repetidas crises. Em vez disso, um Estado frágil acaba sendo conquistado por um vizinho mais poderoso.

Por fim, chegamos à famosa afirmação “os fins justificam os meios”. Essa expressão é frequentemente mal interpretada. No capítulo 18 de *O Príncipe*,

Maquiavel afirma que os príncipes são julgados pelos resultados de suas ações, pois o povo tende a se deixar levar pelas aparências e pelos sucessos. Isso não é uma afirmação moral, mas uma constatação realista da política. Maquiavel não está sugerindo que os governantes devam agir sem escrúpulos, mas sim descrevendo como aqueles que conquistam e mantêm o poder de fato agem.

Apenas para dar um exemplo das ambiguidades da ação política que Maquiavel analisa no *O Príncipe*, está o conselho de que o ator político podia verse obrigado a faltar a sua palavra. Porém, essa constatação não provinha de um ceticismo respeito da defesa das distinções morais, mas de uma convicção de que os imperativos da atividade política excluem, *algumas vezes*, outras alternativas. E o patétismo moral residia numa situação, não em que o fim justificasse os meios, mas que o *fim imponha meios* de um tipo que fazia supérfluos tanto ao homem inteiramente bom como ao inteiramente perverso.

6. A natureza da arte política e os conceitos da nova ciência da política

Como explicamos antes, na renascença o pensamento político tinha se emancipado progressivamente da antiga cosmologia medieval, mas ainda era difícil integrar os fenômenos políticos num universo descristianizado. O tumulto da atividade política na Itália sustentava o sentimento de que a natureza política tinha perdido sua coerência. Em termos de teoria política, o que se necessitava rapidamente eram novas *categorias de inteligibilidade*. Isso implicava a formulação de uma nova linguagem da política e um novo princípio organizativo que ligasse entre si as categorias de análise.

Maquiavel constrói, assim, uma reflexão verdadeiramente “política”, centrada unicamente nas questões políticas e que tivesse como único propósito explorar o leque de fenômenos significativos para estas mesmas questões. A ação política tinha lugar num mundo sem base permanente para a ação, sem a presença reconfortante de alguma pauta de realidade subjacente, perante a qual os homens pudessem se ajustar ou da qual pudessem extrair regras de comportamento sólidas. Ele assinala que na medida que aos homens lhes resulta difícil aceitar um mundo do *dever* porque anseiam elementos constantes, os conduz a criar um mundo *ilusório*, que é tratado como se fosse uma base real para a ação. O homem é um elaborador de fantasias e ilusões que ocultavam a verdadeira índole dos fatos. Nada há na atividade política tão enganoso como a mera aparência. A nova ciência da política escolhe como sua tarefa fundamental a análise com mais minuciosidade a *natureza das ilusões políticas*. Um dos princípios da nova ciência afirma que o vício, no sentido político, costuma ser o resultado da ilusão e a virtude, produto da perspicácia.

A análise que o Maquiavel fez das ilusões permite ver que a natureza da nova ciência era a de um corpo de conhecimento adaptado a um mundo em permanente movimento e não destinado a paralisá-lo. A arte da política concentra-se nas questões de poder ou da capacidade de exercer domínio mediante o controle de um complexo instável de forças em movimento. Em suma, a grande inovação de Maquiavel foi a insistência na realidade do movimento e a mudança, a adoptar isso como princípio unificador, e erigir a *História* -os exemplos eternos de grandeza conservados por ela- (ao invés da razão e da fé atemporais) como um corpo estável de conhecimento que transcendesse o fluir dos acontecimentos, e proporcionar então uma esperança para reduzir as incertezas da condição política.]

A teoria da “imitação” sugeria uma ruptura radical com a ideia, mais antiga, segundo a qual quem tomavam parte na atividade política deviam possuir uma sabedoria política. Sugeria-se agora que a sabedoria política constituía um corpo de

conhecimento exterior ao ator político, algo que podia ensinar-lhe o que fazer em circunstâncias adequadas: um conjunto de preceitos aprendidos pelo ator político. A *ação política* virtuosa implicava manipular uma massa de componentes que não podiam ser reduzidos a uma forma permanente durante nenhum período fixo. É, portanto, essencialmente manipulativa e seu objetivo era o domínio político, os fatos políticos existiam para serem dominados e controlados.

Para Maquiavel a definição poder político cifra-se no seguinte: possuir poder era ser capaz de controlar e manipular as ações dos outros, e fazer com isso que os acontecimentos se adaptarem aos próprios desejos. Porém, o domínio não se reduz a eficiência técnica. A nova ciência da política estava destinada a ser a base de uma nova ética política, baseada na *prudência*, a faculdade de advertir a natureza das desvantagens e escolher como boa a menos desagradável, e na *previsão*, projetar com a imaginação as consequências possíveis. (Wolin, 1986)

7. A economia da violência em Maquiavel

Que a aplicação da violência seja considerada anormal representa uma significativa aquisição da tradição política ocidental, mas, se aceita com demasiada naturalidade, pode levar a desconsiderar o fato primordial de que o núcleo essencial do poder é a violência e que o exercício do poder costuma ser a aplicação da violência sobre as pessoas ou possessões de alguém. Com Maquiavel, o Estado foi caracterizado como a soma do poder, cujo perfil era o da violência. Segundo ele, os elementos vitais da atividade política não podiam ser controlados nem orientados sem aplicar a força ou, ao menos, a ameaça da violência.

No entanto, de igual importância para converter a poder e a violência em questões urgentes da análise política, o era também a natureza do contexto no qual se exercia o poder. A função do ator político era, inevitavelmente, aplicar a violência. Se esta for a natureza da ação política, pode-se afirmar que a inovação das análises de Maquiavel centra-se na sua convicção de que o “novo caminho” não podia efetuar maior contribuição que criar uma *economia da violência*, uma ciência da aplicação controlada da força. Tal ciência nova da política teria como tarefa proteger os *limites* que separam a criatividade política da destruição.

O controle da violência dependia de que a nova ciência pudesse administrar a dose precisa e adequada para situações específicas. Toda a sua aplicação deve ser meditada com juízo (prudência) porque o exercício indiscriminado da força e o constante reavivamento do temor poderiam provocar o maior de todos os perigos para qualquer governo: um tipo de difundida opressão e ódio que empurrava as pessoas à desesperação. A verdadeira prova de que a violência tinha sido utilizada de forma adequada era medida pelo fato de as crueldades aumentarem ou diminuir com o tempo.

À diferença da política internacional, onde o controle da violência é muito mais difícil, a política interna da sociedade podia se estruturar mediante diversos métodos encaminhados para minimizar a necessidade de atos extremos de repressão. A importância da lei, as instituições políticas e os hábitos de civilidade residiam em que, ao regularizar a conduta humana, ajudavam a reduzir a quantidade de caos em que se devia aplicar a força e o temor. Maquiavel compreendeu que o consentimento popular -a República- representava uma forma de poder social que, adequadamente explorada, reduzia a magnitude da violência dirigida à sociedade em seu conjunto. A aprovação pública, longe de limitar sua iniciativa, podia ser utilizada pelo Príncipe para reduzir o alto custo em violência que implicavam as reformas profundas.

Isto sugere que um teórico como Maquiavel, consciente da limitada eficácia da força e dedicado a explicar como utilizar sua técnica com mais eficiência, era muito mais sensível aos dilemas morais da atividade política e estava muito mais dedicado à preservação do homem que aqueles teóricos que, saturados pela indignação moral e ansiosos de regeneração heroica, predicam a purificação pela sagrada chama da violência.

(Skinner, 2010)

8. Ética Política e Ética Privada

O Príncipe, tal como é apresentado por Maquiavel, é um “ator político”, porque se o percebe como uma espécie de ator, que representa muitos papéis e usa muitas máscaras. Isso nos permite ver melhor que o tipo de político que nos apresenta Maquiavel é algo a mais que um retrato unidimensional de uma figura apenas ávida pelo poder. Pelo contrário, temos um retrato de um homem político moderno *trágico*, desenhado com tremenda intensidade: se havia heroísmo, também havia angústia, se havia criatividade, havia também solidão e incerteza. Esses matizes formavam parte do novo cenário em que tinha lugar a ação política. Empenhar-se na ação política significava renunciar às múltiplas dimensões da vida para se concentrar exclusivamente na dimensão única da atividade política. Lembremos que Shakespeare é contemporâneo de Maquiavel.

Pela índole da sua situação, o homem político analisado pelo autor devia ser um ator, já que não abordava uma única situação política, senão várias. As circunstâncias mudam, a conjunção de fatores políticos segue uma pauta variável; em consequência, o ator político eficaz não podia se permitir possuir um caráter contínuo e uniforme, mas devia redescobrir constantemente sua identidade no papel que lhe assignam os momentos cambiantes. A atividade política colocava disjuntivas para as quais a moral comum era inadequada, mas isso não significava que não houvesse conexão entre a ação política e os ditados morais tradicionais.

O angustioso da situação do ator político era de que este devia decidir que forma de ética regeria, mas a nova ciência, se bem podia facilitar sua eleição, não podia compensar o fato de que aquele estava obrigado a desenvolver-se parcialmente fora do âmbito daquilo que costumava se considerar bom. Às vezes, o ator político se via obrigado a violar a lei moral para proteger sua sociedade. A ironia trágica da condição política implicava uma espécie de alquimia, mediante a qual o bem se transmutava em mal, e este em bem. A preocupação de Maquiavel pelas deficiências da ética tradicional e sua busca de uma ética política adequada derivavam de uma profunda crença nas descontinuidades da existência humana. O homem morava, assim, num universo *fragmentado* e sua singular angústia provinha de estar condenado a viver em vários mundos diferentes e alheios ao mesmo tempo.

Em termos de ética isso não significava que a atividade política deveria ser conduzida sem critérios éticos, mas que não se podiam importar mecanicamente esses critérios do “mundo externo” ao próprio âmbito da política. Em suma, o sentido da argumentação do Maquiavel consistia em afirmar que, precisamente, pela natureza inevitavelmente autônoma da atividade política, era premente estabelecer critérios para a ação e elaborar meios adequados para aplicá-los. Em outras palavras, a recusa da heteronomia não implicava a recusa da moralidade na atividade política, e nem o rechaço de absolutos éticos determina a impossibilidade de critérios éticos. (Skinner, 2010)

9. Conclusões

Como analisamos ao longo do artigo, podemos afirmar que Nicolau Maquiavel é um dos pensadores políticos mais influentes da história, sendo amplamente reconhecido como o fundador da *ciência política* moderna. Argumentamos a forma em que Maquiavel rejeitou a ideia de que os governantes deveriam pautar suas ações *exclusivamente* pela moralidade privada, ao defender que a *eficácia política*, *algumas vezes* exige decisões que podem ir contra a moral vigente e, no limite, podem ser consideradas imorais, do ponto de vista da moralidade privada.

Destacamos três pontos fundamentais que orientam o pensamento político de Maquiavel: o Realismo político: Maquiavel descreve a política como ela é, e não como *deveria ser*; a estabilidade política: ele considera fundamental criar ordem e estabilidade, especialmente em tempos de caos e o saudosismo da República e do Império Romano: ele constantemente evoca as glórias passadas de Roma como referência.

Na Europa ocidental do século XVI, o impacto da persuasão tanto da linguagem como da ação políticas era definido por um público ainda comprometido com a religião. Isso significava que o teórico político não podia descartar a religião, mas adotar diferentes atitudes perante ela. Entretanto, a situação da Itália no mesmo século era muito diferente -ex. falta de unificação nacional, instabilidade da vida política das cidades-Estados da península itálica, possibilidade de que aventureiros políticos chegassem ao poder etc.-, o que fez florescer um pensamento político mais autônomo, no qual os intelectuais exploraram novos âmbitos de indagação, que não estavam imbuídos por intermináveis polêmicas religiosas. Com efeito, na península itálica o poder da igreja só tinha importância por sua função na atividade política interna, mas não pelo seu poder espiritual. Essa conjunção de fatores permitiu que os *fenômenos políticos* surgissem de modo mais marcados e nítidos.

No pensamento político de Maquiavel essas possibilidades latentes foram abordadas e convertidas na base de sustentação do primeiro grande experimento de teoria política “pura”. O manifesto por ele elaborado para a nova ciência da política, *O Príncipe*, refletiu a crença que para poder analisar de forma coerente os fenômenos políticos, era necessário liberá-los antes das ilusões que os envolviam, especialmente das ideias políticas do passado.

A seguir, salientamos que o critério que Maquiavel usa para classificar as formas de governo somente em duas -principados e repúblicas- é totalmente diferente do critério usado por Platão, Aristóteles e Políbio. Aqui, trata-se da natureza da vontade do governante. A natureza da vontade do governante -se é uma pessoa física ou jurídica -determina a forma de governo. E nas formas de governo que são repúblicas, seja aristocracia ou democracia, é preciso haver regras de procedimento para a unificação da vontade.

Maquiavel analisou as ambiguidades da ação política. Essa constatação não provinha de um ceticismo respeito da defesa das distinções morais, mas de uma convicção de que os imperativos da atividade política excluem, *algumas vezes*, outras alternativas. E o patétismo moral residia numa situação, não em que o fim justificasse os meios, mas que o *fim imponha meios* de um tipo que fazia supérfluos tanto ao homem inteiramente bom como ao inteiramente perverso.

Maquiavel constrói, assim, uma reflexão verdadeiramente “política”, centrada unicamente nas questões políticas e que tivesse como único propósito explorar o leque de fenômenos significativos para estas mesmas questões. A ação política tinha lugar num mundo sem base permanente para a ação, sem a presença reconfortante

de alguma pauta de realidade subjacente, perante a qual os homens pudessem se ajustar ou da qual pudessem extrair regras de comportamento sólidas.

Ele assinala que na medida que aos homens lhes resulta difícil aceitar um mundo do *dever* porque anseiam elementos constantes, os conduz a criar um mundo *ilusório*, que é tratado como se fosse uma base real para a ação. O homem é um elaborador de fantasias e ilusões que ocultavam a verdadeira índole dos fatos. Nada há na atividade política tão enganoso como a mera aparência. A nova ciência da política escolhe como sua tarefa fundamental a análise com mais minuciosidade a *natureza das ilusões políticas*. Um dos princípios da nova ciência afirma que o vício, no sentido político, costuma ser o resultado da ilusão e a virtude, produto da perspicácia.

Analisamos a seguir como o reconhecimento dos dilemas morais da atividade política influenciou de modo direto na *teoria da violência* elaborada por Maquiavel, assim como sua concepção da ética política. Em outras palavras, a nova ciência da política se baseava na premissa de que a quantidade de mal no mundo permanecia mais ou menos constante, e de que a natureza peculiar da ação política residia em que não se poderia dissociar das más consequências (consequências não intencionais). O perfil do novo conhecimento político tinha sua ambivalência de luzes e sombras: uma grande exuberância ante as possibilidades da ação política criativa, mas ensombrecida pela sensata compreensão de que o mal estava insito na natureza mesma da criatividade política.

Finalmente, observamos que pela índole da sua situação, o homem político analisado pelo autor devia ser um *ator*, já que não abordava uma única situação política, senão várias. As circunstâncias mudam, a conjunção de fatores políticos segue uma pauta variável; em consequência, o ator político eficaz não podia se permitir possuir um caráter contínuo e uniforme, mas devia redescobrir constantemente sua identidade no papel que lhe assignam os momentos cambiantes. A atividade política colocava disjuntivas para as quais a moral comum era inadequada, mas isso não significava que não houvesse conexão entre a ação política e os ditados morais tradicionais.

10. Referências

CASTRO, Gustavo; OLIVIERI, Alejandro; CASTRO, Lourivânia. O Mundo Dicotômico de Platão como fundamento metafísico da sua teoria das Formas de/ Governo. *Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social*, v. 9, jan.-jul. 2023.

CASTRO, GJ; OLIVIERI, AG; CASTRO, L. de L. O lugar da *Política* na Filosofia Política de Aristóteles. *Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social*, v. 1 v. 11, 2024a.

CASTRO, GJ; OLIVIERI, AG; CASTRO, L. de L. A Teoria Política Platônica. *Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social*, v. 12, 2024b.

CASTRO, Gustavo Javier, OLIVIERI, Alejandro Gabriel Olivieri, Lacerda Castro, Lourivânia. A Teoria das Formas de Governo em Políbio. *Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros*: v. 15 n. 48 (2024c)

CASTRO, Gustavo Javier, OLIVIERI, Alejandro Gabriel, Lacerda Castro, Lourivânia. A Teoria Política Aristotélica , Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros: v. 15 n. 49 (2024d).

CASTRO, Gustavo Javier, OLIVIERI, Alejandro Gabriel, Lacerda Castro, Lourivânia. A Teoria Política no Império Romano e na Idade Média. Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros: v. 16 n. 50 (2024e).

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. São Paulo: editora Penguin-Companhia, 2010.

MAQUIAVEL, N. *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. Lisboa: edições 70, 2024.

SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. SP: editora Penguin-Companhia, 2017

SANTO AGOSTINHO. *Cidade de Deus*. SP: editora Penguin-Companhia, 2024.

SANTO TOMAS DE AQUINO. *Suma Teológica*. (5 volumes). SP: editora Ecclesiae, 2018.

SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Porto Alegre: editora L&PM, 2010

SKINNER, Quentin. *Visões da Política. Virtudes da Renascença*. São Paulo: EDUSP, 2024.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TITO LIVIO. *História de Roma*. Seis Volumes. SP: editora Heráclito, 2023.

WOLIN, Sheldon. *Política y perspectiva. Continuidad y cambio en el pensamiento político occidental*. Buenos Aires: editora Amorrortu, 1986.